

21 FEV 1988

Um apelo dramático

Volta o Presidente José Sarney a fazer uma espécie de alerta à Nação, em seu programa semanal "Conversa ao pé do rádio", contra aqueles que estão querendo "tocar fogo no nosso Brasil". Sem especificar claramente de onde partem as labaredas que ameaçam a estabilidade das instituições políticas, o presidente da República refere-se aos "agitadores, os pregoeiros de desgraças, os usurpadores, aqueles que querem a ruptura das instituições e o fracasso de todas as soluções".

Trata-se, sem dúvida, de uma grave advertência, principalmente se considerarmos a sua origem. O presidente da República, de acordo com o texto constitucional ainda em vigor, é o responsável maior pela condução do Governo e a preservação do Estado democrático. Ele é também, provavelmente, o homem mais bem informado do País, pelo acesso fácil de que dispõe aos diversos órgãos de inteligência e informação que municiam o Governo. Portanto, ou o presidente sabe da existência de fatos ameaçadores às instituições, mas que a Nação desconhece, ou ele estaria superdimensionando a gravidade da crise, a partir das dificuldades que vem enfrentando nas suas relações com o meio político.

Nestes primeiros três anos de Governo, houve encontros e desencontros nessas relações. O presi-

dente Sarney, um político oriundo do PDS, nunca chegou a ser aceito totalmente pelo PMDB como um de seus legítimos representantes. Esta crise latente no relacionamento do presidente da República com a sua principal base de apoio político, no Congresso e na Constituinte, já seria suficiente para tornar difícil a ação de seu Governo. Soma-se a isso os efeitos complicadores de uma economia debilitada, com índices inflacionários em permanente ascensão, e já se teria um quadro capaz de explicar, por si só, boa parte das apreensões do Presidente.

Deve-se considerar, porém, que a "Conversa ao pé do rádio" da última sexta-feira não faz apenas advertências. Na segunda parte do programa, o presidente Sarney reafirma seu compromisso com a transição democrática — "Estou lutando para que o Brasil consolide suas instituições" — e termina por fazer um apelo à união daquelas forças políticas que, em determinado momento, formaram a Aliança Democrática: "Não vamos nos dispersar. Eu não tenho contribuído para isso. E minha tolerância é um exemplo". Seria uma última tentativa de se formar, na Constituinte, uma maioria que possa garantir um final feliz para a transição política?

Tudo indica que sim. Depois de se afastar dos setores mais ideológicos do PMDB, represen-

tados principalmente pelos líderes Mário Covas e Fernando Henrique, o presidente Sarney tentou uma aliança com os setores mais à direita, aproveitando-se do surgimento do Centrão como força conservadora majoritária Constituinte. O raciocínio era simples: a maioria que se mobilizou para mudar o regimento interno e para defender certos princípios de liberalismo econômico poderia, na visão do Presidente, respaldar ainda que parcialmente certas teses de interesses do Governo. Nesse contexto, incluía-se (Por que não?) o mandato presidencial de cinco anos e o sistema presidencialista.

Ocorre que o apetite fisiológico de certos setores do Centrão inibiu a iniciativa do Presidente. Suas declarações ao jornalista Carlos Castello Branco — "Não estou disposto a pagar este preço" — esfriariam as articulações que tinham, como objetivo final, estabelecer em outro nível a maioria de apoio parlamentar ao Governo. O resultado é que o presidente, depois de perder o apoio dos setores "ideológicos", vê escapar-lhe pelas mãos o apoio prometido pelos "fisiológicos". E neste quadro de dificuldade que ele alerta para a existência de incendiários, ao mesmo tempo em que acena para as suas antigas alianças políticas, como se elas ainda pudessem ser restabelecidas num esforço deradeiro.